

**HABEAS CORPUS Nº 474.901 - SP (2018/0275553-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FERNANDA PENTEADO BALERA - SP302139  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : N B S (INTERNADO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. POSTERIOR EXTINÇÃO DA MEDIDA. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE PROCESSUAL. PREJUDICIALIDADE. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de N. B. S. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2154545-67.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que a Paciente foi denunciada pela prática de ato infracional equiparado do crime de tráfico ilícito de drogas, sendo-lhe imposta, pelo Juízo de primeiro grau, medida socioeducativa de internação, porque, junto com outro Adolescente, trazia consigo 25 papelotes de cocaína, com massa aproximada de 23,73 gramas, 49 supositórios com *crack*, de massa aproximada de 45,97 gramas, além de 19 porções de maconha, com massa aproximada de 58,24 gramas.

A Defesa requereu ao Juízo das Execuções a substituição da medida socioeducativa de internação pela de liberdade assistida, o que foi indeferido (fls. 111-113).

Irresignada, impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo sido denegada a ordem.

Neste *writ*, sustenta a Defensoria Pública que a Paciente tem direito à substituição da medida socioeducativa de internação por liberdade assistida, com base na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no HC n.º 143.641/SP, pois tem filha de 3 anos de idade que vivia sob seus cuidados.

Requer, liminarmente, seja permitido à Paciente aguardar em liberdade o julgamento de mérito deste *habeas corpus*. No mérito, pleiteia a substituição da medida de internação pela de liberdade assistida.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 140-142.

Pedido de reconsideração indeferido às fls. 157-159.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 163-176 e 179-291.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 295-299, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório. Decido.

Consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal de origem, sobreveio decisão julgando extinta a execução da medida socioeducativa imposta à Paciente (Execução n.º 0008331-96.2018.8.26.0015).

Desse modo, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual no presente *habeas corpus*, que objetivava demonstrar a existência de constrangimento ilegal na manutenção da medida de internação.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **JULGO PREJUDICADO** o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora